

Demonstrações Financeiras

Acompanhadas do Relatório do Auditor Independente
31 de dezembro de 2021 e 2020

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte



Conteúdo

Relatório do Auditor Independente	1
Balancos patrimoniais	1
Demonstrações de resultados	2
Demonstrações de resultados abrangentes	3
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstrações dos fluxos de caixa (Método indireto)	5
Notas explicativas às demonstrações financeiras	6



Audit | Advisory | Tax

www.gfaudidores.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores do
IDBrasil Cultura, Educação e Esporte
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **IDBrasil Cultura, Educação e Esporte** (“**Entidade**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **IDBrasil Cultura, Educação e Esporte** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, combinadas com os aspectos contábeis contidos na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a **Entidade**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da **Entidade** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucros (ITG 2002 R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Rua Cincinato Braga, 321 - 9º andar
Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01333-010
Tel.: +55 (11) 3251-4013
www.gfaudidores.com.br

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Entidade** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Entidade** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Entidade** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Entidade**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Audit | Advisory | Tax

www.gfaudidores.com.br

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Entidade**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Entidade** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, SP, 17 de fevereiro de 2022.



Audit | Advisory | Tax

GF Auditores Independentes

CRC 2SP 025248/O-6

Vlademir Ortiz Pereira

Contador – CRC 210264/O-1

Rua Cincinato Braga, 321 - 9º andar
Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01333-010
Tel.: +55 (11) 3251-4013
www.gfaudidores.com.br

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Recursos vinculados a projetos	4	32.762	19.313	Fornecedores e outras contas a pagar		521	1.801
Contas a receber		182	51	Obrigações tributárias		68	55
Outros créditos		39	27	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	7	1.578	965
Despesas antecipadas		43	61	Projetos vinculados a executar	6	30.859	16.631
Total do ativo circulante		33.026	19.452	Total do passivo circulante		33.026	19.452
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	5	7.844	7.370	Obrigações com o Estado - Imobilizado e intangível		7.856	7.371
Intangível		12	1	Total do passivo não circulante		7.856	7.371
Total do ativo não circulante		7.856	7.371				
				Patrimônio líquido	10		
				Patrimônio social acumulado		-	-
				Total do patrimônio líquido		-	-
Total do ativo		40.882	26.823	Total do passivo		40.882	26.823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receitas com restrições (atividades culturais)			
Contrato de Gestão			
Contrato de Gestão	11	18.937	10.944
Consumo depreciação	11	1.331	435
Venda de ingressos	6a	1.618	498
Aluguéis de espaços	6a	169	68
Aluguéis de espaços - Locações Diversas	6a	232	108
Receitas financeiras	6b	490	132
Parcerias e permutas	6a	2.384	763
Outras receitas	6a	29	5
Voluntários	6a	138	291
Outras receitas sinistro		-	5
		<u>25.328</u>	<u>13.249</u>
Leis de incentivo			
Recursos projetos especiais (Leis de incentivo)		2.790	1.202
Receitas financeiras	6b	171	24
	12	<u>2.961</u>	<u>1.226</u>
Total das receitas com restrições		<u>28.289</u>	<u>14.475</u>
Despesas com restrições (atividades culturais)			
Contrato de Gestão			
Com pessoal	13	(12.285)	(6.924)
Serviços prestados por terceiros	14	(3.299)	(3.202)
Programas e Administração	15	(4.506)	(1.494)
Energia elétrica e telecomunicações		(951)	(664)
Impostos, taxas e contribuições		(33)	(8)
Depreciação e amortização		(1.331)	(435)
Parcerias e permutas		(2.589)	(179)
Voluntários	3i	(138)	(291)
Gastos MLP - sinistro	16	-	(5)
Despesas financeiras MLP - sinistro		-	(1)
Despesas financeiras		<u>(177)</u>	<u>(46)</u>
		<u>(25.309)</u>	<u>(13.249)</u>
Leis de incentivo			
Gerais e administrativas		(212)	(88)
Programa de exposição		(1.386)	(1.117)
Serviços prestados por terceiros		(1.352)	(17)
Despesas financeiras		<u>(30)</u>	<u>(4)</u>
	17	<u>(2.980)</u>	<u>(1.226)</u>
Total das despesas com restrições	6c	<u>(28.289)</u>	<u>(14.475)</u>
Resultado líquido do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes:	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Superávits / déficits acumulados	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2020	-	-
Resultado do exercício	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-
Resultado do exercício	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte

Demonstrações dos fluxos de caixa (Método indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	-	-
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	1.331	435
Contingências trabalhistas	-	(34)
(=) Resultado do exercício ajustado	<u>1.331</u>	<u>401</u>
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	(13.449)	(11.348)
Contas a receber	(131)	125
Outros créditos	(12)	15
Despesas antecipadas	18	9
	<u>(13.574)</u>	<u>(11.199)</u>
Aumento/(redução) nos passivos em		
Fornecedores e outras contas a pagar	(1.280)	1.571
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	613	4
Obrigações tributárias	13	53
Projetos vinculados a executar	14.228	9.605
Obrigações com o Estado - Imobilizado e intangível	485	6.830
	<u>14.060</u>	<u>18.063</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>1.817</u>	<u>7.265</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.817)	(7.265)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	<u>(1.817)</u>	<u>(7.265)</u>
Variação líquida do caixa	<u>-</u>	<u>-</u>
Movimentação líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O IDBrasil Cultura, Educação e Esporte (“Entidade”), é uma Entidade de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos constituída em 7 de maio de 2008 e qualificada como organização social no âmbito da cultura através do processo nº SC-911-2008 em 22 de agosto de 2008. Tem como objetivo principal a operacionalização e execução das atividades e serviços na área de museologia no Museu do Futebol (“MF”) e Museu da Língua Portuguesa (“MLP”).

Para cumprimento de seus objetivos, a Entidade poderá, conforme definido pelo Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades:

- a. Criar, apoiar, fomentar, promover e administrar espaços culturais, educacionais e desportivos, com a propagação do conhecimento entre membros da sociedade civil.
- b. Propor, executar, divulgar estudos, pesquisas, informações, produzidos por si ou por terceiros, nas áreas de esportes, educação e cultura.
- c. Promover, gerir, e apoiar a recuperação, conservação e difusão do patrimônio histórico, cultural, ambiental e artístico.
- d. Captar recursos e administrar espaços destinados a custear as atividades e ações necessárias para o cumprimento de suas finalidades.
- e. Promover exposições temáticas, cursos, eventos, e atividades recreativas e técnico-científicas, ou colaborar para a realização delas, nos assuntos relacionados as áreas de educação, cultura e desporto em geral.
- f. Manter intercâmbio com outras instituições que atuam no âmbito da cultura, da educação, e do esporte do país ou do exterior.
- g. Prestar consultorias nas áreas fim, bem como realizar pesquisas ou outras atividades de suporte para suas finalidades.
- h. Promover a edição e difusão de publicações on line e off line como livros, revistas, boletins, áudios, vídeos, cds, dvds, folhetos, folders, sites, cartazes e similares.
- i. Produzir e vender, direta ou indiretamente, produtos com marcas e logos de propriedade ou cedidas ao IDBrasil.
- j. Promover e difundir a Língua Portuguesa.
- k. Promover, preservar a memória, e difundir o Futebol.

Informações da Administração

O IDBrasil firmou em 2020 e 2021 dois novos contratos com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, para gestão do Museu da Língua Portuguesa e do Museu do Futebol. O primeiro com vigência de 01 de setembro de 2020 a 31 de agosto de 2025 e o segundo com vigência de 01 de julho de 2021 até 30 de junho de 2026, mantendo assim seu compromisso com a gestão desses equipamentos de grande relevância Cultural. Os contratos foram firmados após chamamentos públicos, que resultaram na seleção do IDBrasil.

O convênio com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, Fundação Roberto Marinho e IDBrasil, assinado em janeiro de 2016 foi encerrado em outubro de 2021, completando assim a entrega do Museu da Língua Portuguesa, tanto com o restauro da edificação, como com a implantação da nova expografia. O Museu foi reinaugurado em 31 de julho de 2021, em cerimônia reservada a autoridades e foi aberto ao público em 01 de agosto de 2021.

O exercício de 2021 se apresentou com grandes desafios para os museus, ainda num cenário em que se fez presente a pandemia da COVID-19, mesmo que já se observassem melhoras e a flexibilização em medidas de distanciamento no decorrer do ano. A inauguração do Museu da Língua Portuguesa demandou intensas atividades por parte do IDBrasil, dentre elas a seleção e contratação da equipe, compra de mobiliário administrativo, adaptações nos fluxos de visitação para evitar aglomerações, com controle de público viabilizado por agendamento antecipado de horário e número de visitantes ainda diminuto em relação à demanda. Ao longo do ano foram ampliadas as ofertas de horários e ingressos, de acordo com as liberações orientadas pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa. O Museu do Futebol, como todo o setor cultural, também foi impactado pela pandemia. No exercício de 2021 não houve visitação presencial na primeira semana de janeiro e no período de 06 de março a 23 de abril. Nos demais períodos, a visitação foi normal, guardadas as medidas de distanciamento e protocolos sanitários, com oferta de ingressos com horários agendados. A visitação de grupos e escolas ficou restrita em ambos os museus, que mantiveram interação com o público por meio de atividades virtuais, principalmente em atividades educativas.

O IDBrasil segue orientação da Secretaria da Cultura e Economia Criativa na sua política de concessão de gratuidades de ingressos, a qual visa à democratização de acesso e difusão dos equipamentos geridos.

Para o Museu do Futebol, foram concedidas gratuidades no valor estimado de R\$ 488 no exercício de 2021 (R\$ 436 no exercício de 2020). Para o Museu da Língua Portuguesa, foram concedidas gratuidades no valor estimado de R\$ 576 (não houve visitação em 2020).

O IDBrasil, com grande atuação na prospecção de captação de recursos de patrocínio, conseguiu ao longo de 2021 um volume expressivo de recursos via leis de incentivo, totalizando, para o Museu da Língua Portuguesa o valor de R\$ 4.719 e para o Museu do Futebol, o valor de R\$ 4.542. Houve potencial para superar essa captação, o que não foi possível pelo fato de a Secretaria Especial de Cultura (SEFIC)/ Ministério do Turismo não ter apreciado os Planos Anuais para 2022, arquivados por iniciativa da SEFIC, situação que ocorreu em todo o setor de museus. Assim, o IDBrasil solicitou prorrogação do Plano Anual de 2021, para execução e captação até 2022. O regulamento da Lei de Incentivo à Cultura permite elevar o valor do plano original em 50% apenas, implicando em redução de potencial de captação se tivessem sido apreciados e aprovados os planos anuais para 2022.

Os Museus realizaram exposições temporárias no período, viabilizadas com recursos da Lei de Incentivo à Cultura em sua maioria. O Museu da Língua Portuguesa reinaugurou já com uma exposição temporária em exibição: 'Língua Solta' – a mostra revela a língua portuguesa em seus amplos e diversos desdobramentos na arte e no cotidiano por meio de um conjunto de artefatos que ancoram seus significados no uso das palavras, como objetos da arte popular e da arte contemporânea, apresentados de maneira diversificada. Período da mostra: 31 de julho de 2021 a 03 de outubro de 2021 (recursos do Contrato de Gestão).

Em seguida, inicia-se a exposição 'Sonhei em Português' – que tematiza uma das grandes questões sociais do século XXI, a imigração, revelando como tal experiência é atravessada pela questão da língua. A exposição tem como um de seus núcleos principais a experiência de imigrantes de várias nacionalidades em São Paulo. Período da mostra: 12 de novembro de 2021 a 12 de junho de 2022 (recursos da Lei de Incentivo à Cultura).

No Museu do Futebol, inicia-se o ano também com a exposição temporária 'Pelé 80, O Rei do Futebol', homenagem aos 80 anos do Pelé, maior atleta do século 20, Período de exibição: 15 de outubro de 2020 a 25 de abril de 2021 (recursos da Lei de Incentivo à Cultura).

Na sequência, 'Tempo de Reação – 100 anos do goleiro Barbosa - uma exposição que homenageia a vida e carreira do ex-goleiro Moacyr Barbosa e os 150 anos da posição de goleiro, que só foi criada alguns anos depois da criação do futebol. A exposição discute as evidências do racismo que estrutura o futebol e a sociedade brasileira. As reflexões e debates propostos pela mostra convidam o público a agir para mudar essa estrutura – pois o "tempo de reação" ao racismo é agora. Período de exibição: 16 de junho de 2021 a 30 de janeiro de 2022 (recurso da Lei de Incentivo à Cultura).

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da **Entidade**, findas em 31 de dezembro de 2021, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) e a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, ambas aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade, em 21 de outubro de 2016 e 02 de setembro de 2015, respectivamente, as quais levam em consideração as disposições contidas nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em especial o CPC 26 (R1).

A administração da **Entidade** afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2022, refletindo todos os eventos de conhecimento da Administração até a presente data.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas, quando requerido, para refletir o valor justo de certos ativos e passivos.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a **Entidade** atua o Real (moeda funcional), e são apresentadas em Reais -R\$ (moeda de apresentação). Todas as informações financeiras divulgadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação dessas demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, revisando-as anualmente. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social correspondem, principalmente, à estimativa de vida útil de ativo imobilizado, que corresponde às taxas de depreciação adotadas para os bens do ativo imobilizado, apuradas com base nas taxas calculadas em função do tempo de vida útil remanescente estimado para os correspondentes bens e as contingências.

Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da **Entidade** exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº 18 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas em detalhes abaixo e têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

a) Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma entidade e a um passivo financeiro em outra entidade.

a1) Reconhecimento de ativos e passivos financeiros não derivativos

A **Entidade** reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento.

a2) Classificação e Mensuração

Ativos financeiros

Os ativos financeiros não derivativos foram classificados e mensurados como custo amortizado – quando os ativos financeiros mantidos pela **Entidade** são mantidos para gerar fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável, deduzidos de qualquer redução quanto à perda do valor recuperável. São classificados nesses itens os saldos de caixa e equivalentes de caixa, outros créditos e com as variações reconhecidas no resultado. Nenhuma nova mensuração de ativos financeiros foi realizada.

A **Entidade** baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou se encerram ou quando assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos.

Passivos financeiros

A **Entidade** reconhece seus passivos financeiros inicialmente na data em que são originados e são reconhecidos pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a **Entidade** se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, se aplicável.

A **Entidade** baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A **Entidade** possui passivos financeiros não derivativos, tais como: fornecedores e outras contas a pagar, obrigações sociais e tributárias.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações dos contratos de gestão, incluindo projetos de leis de incentivo.

a3) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a **Entidade** tenha um direito legalmente aplicável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

a4) Operações de instrumentos financeiros derivativos

A **Entidade** não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e tampouco com propósito de especulação.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura e leis de incentivo, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

c. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

ii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos
Equipamentos de telefonia	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da **Entidade** não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

e. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Administração da **Entidade** não pratica transações de vendas e compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

f. Ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da **Entidade** e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a **Entidade** possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

g. Arrendamentos mercantis (financeiro e operacional)

A **Entidade** não possui operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional.

h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- **ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- **passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis e remotas são apenas divulgados em nota explicativa.

i. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a **Entidade** valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a **Entidade** haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2021 o montante foi de R\$ 138 (R\$ 291 em 2020).

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, o COFINS sobre rendimento de aplicação financeira, o Imposto sobre Operação de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF), além das tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras e despesas com operadoras de cartões de crédito/débito.

k. Informações operacionais divulgadas

As divulgações das informações operacionais reportáveis apresentadas, tanto para o Museu do Futebol ("MF") como para o Museu da Língua Portuguesa ("MLP"), estão de acordo com a estrutura de gerenciamento e com as informações utilizadas pelos principais tomadores de decisão da **Entidade**. Dessa forma, todos os itens alocados são referentes a atividades de negócio cultural das quais podem-se obter receitas e incorrer em despesas.

l. Isenção tributária

A **Entidade** goza de isenção tributária de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o superávit, por se tratar de entidade sem fins lucrativos.

m. Demonstração de resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.

n. Gerenciamento de risco financeiro

A **Entidade** apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A **Entidade** apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 18.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da **Entidade** são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da **Entidade**.

4. Recursos vinculados a projetos

(Em milhares de Reais)

	2021			2020		
	MF	MLP	Total	MF	MLP	Total
Caixa	9	66	75	25	1	26
Banco conta movimento	118	-	118	2	-	2
Aplicações financeiras	18.271	14.298	32.569	6.988	12.087	19.075
Patrocínio/ Permuta Publicitária	-	-	-	210	-	210
	18.398	14.364	32.762	7.225	12.088	19.313

Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pela **Entidade** que serão utilizados exclusivamente nos contratos de gestão, projetos relacionados e projetos incentivados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

A composição do saldo de aplicações financeiras é a seguinte:

(Em milhares de Reais)

	2021			2020		
	MF	MLP	Total	MF	MLP	Total
Recursos do Contrato de Gestão	10.573	6.619	17.192	4.035	6.930	10.965
Recursos Fundo de Reserva Contrato de Gestão	805	1.316	2.121	555	1.271	1.824
Recursos Fundo de Contingência Contrato de Gestão	985	1.106	2.091	804	954	1.758
Recursos de Projetos Especiais (Leis de Incentivo)	5.908	5.257	11.165	1.596	2.932	4.528
	18.271	14.298	32.569	6.988	12.087	19.075

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados à taxa referenciada no Certificado de Depósito Interbancário – CDI; variam entre 56,9% e 97,0% do índice base durante o exercício de 2021 (57,5% e 97,9% do CDI durante o exercício de 2020)

Na demonstração do fluxo de caixa, os recursos vinculados a projetos são apresentados no fluxo das atividades operacionais, uma vez que esses recursos não apresentam todas as características de caixa e equivalentes de caixa conforme requerido pelo CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa.

5. Ativo imobilizado

(Em milhares de Reais)

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2021	2020
Móveis e utensílios	10%	1.756	(426)	1.330	823
Equipamentos de informática e comunicação	20%	5.472	(1.681)	3.791	3.766
Equipamentos de telefonia	20%	42	(37)	5	6
Máquinas e equipamentos	10%	3.475	(756)	2.718	2.220
Instalações	10%	190	(190)	-	-
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	555
		10.935	(3.090)	7.844	7.370

Movimentação do ativo imobilizado em 2021

(Em milhares de Reais)

	Saldo em 01/01/2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2021
Movimentação do custo					
Móveis e utensílios	1.130	626	-	-	1.756
Equipamentos de informática e comunicação	4.519	398	-	555	5.472
Equipamentos de telefonia	42	-	-	-	42
Máquinas e equipamentos	2.695	780	-	-	3.475
Instalações	190	-	-	-	190
Imobilizado em andamento	555	-	-	(555)	-
	9.131	1.804	-	-	10.935
Movimentação da depreciação					
Móveis e utensílios	(307)	(119)	-	-	(426)
Equipamentos de informática e comunicação	(753)	(928)	-	-	(1.681)
Equipamentos de telefonia	(36)	(1)	-	-	(37)
Máquinas e equipamentos	(475)	(281)	-	-	(756)
Instalações	(190)	-	-	-	(190)
	(1.761)	(1.329)	-	-	(3.090)
Saldo líquido	7.370	475	-	-	7.844

Movimentação do ativo imobilizado em 2020

(Em milhares de Reais)

Movimentação do custo	Saldo em 01/01/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Móveis e utensílios	365	765	-	1.130
Equipamentos de informática e comunicação	648	3.871	-	4.519
Equipamentos de telefonia	37	5	-	42
Máquinas e equipamentos	627	2.068	-	2.695
Instalações	190	-	-	190
Imobilizado em andamento	-	555	-	555
	1.867	7.264	-	9.131

Movimentação da depreciação	Saldo em 01/01/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Móveis e utensílios	(262)	(45)	-	(307)
Equipamentos de informática e comunicação	(489)	(264)	-	(753)
Equipamentos de telefonia	(35)	(1)	-	(36)
Máquinas e equipamentos	(351)	(124)	-	(475)
Instalações	(190)	-	-	(190)
	(1.327)	(434)	-	(1.761)
Saldo líquido	540	6.830	-	7.370

6. Projetos vinculados a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo):

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Saldos em 31/12/2020	Valores recebidos / repassés	Captação de recursos	Receitas Financeiras	Devolução e transferências de Recursos	Imobilizações líquida	Custos e despesas	Outras movimentações	Saldos em 31/12/2021
			a	b			c		
Museu do Futebol									
Contrato de Gestão 04-2016	4.248	4.372	1.763	53	(2.101)	(159)	(8.178)	-	-
Contrato de Gestão 03-2021	-	13.372	1.764	90	2.107	80	(5.769)	-	11.645
MESP 1814206	363	-	-	8	-	-	-	-	371
LIC - Pronac 193044 - 2020	1.170	3	-	3	(1.112)	-	(65)	-	-
LIC - Pronac 2021	-	3.436	-	36	1.112	-	(221)	-	4.364
Lei Aldir Blanc	-	40	-	-	-	-	(40)	-	-
Incentivo BNDES	-	97	-	-	(6)	-	(92)	-	-
MESP 2000900-00	60	1.107	-	1	-	-	-	-	1.168
Sub Total - Museu do Futebol	5.841	22.427	3.527	191	-	(79)	(14.365)	-	17.548
Museu da Língua Portuguesa									
Contrato de Gestão 001.2021	7.842	10.500	1.042	348	-	(406)	(11.362)	119	8.084
LIC - Pronac 204483	2.932	4.719	-	122	-	-	(2.562)	-	5.211
Empenho (Outras Obrigações)	16	-	-	-	-	-	-	-	16
Sub Total - Museu da Língua Portuguesa	10.790	15.219	1.042	470	-	(406)	(13.924)	119	13.311
Total Projetos a executar	16.631	37.646	4.569	661	-	(486)	(28.289)	119	30.859
	Saldos em 31/12/2020	Depreciação	Aquisições	Saldos em 31/12/2021					
Obrigações com o Estado - MF	907	(175)	255	986					
Obrigações com o Estado - MLP	6.464	(1.156)	1.562	6.870					
Total Imobilizado e intangível	7.371	(1.331)	1.817	7.857					

- **Valores recebidos/repasses** - referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.
- **Rendimentos financeiros** - referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida a projetos a executar.
- **Consumo** - referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.

a. Contrato de Gestão - Museu do Futebol (MF)

A **Entidade** é gestora do Museu do Futebol desde o início de sua operação, em 2008, por contratos de gestão celebrados junto à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo. No exercício de 2021 encerrou-se o Contrato de Gestão Nº 04/2016, cuja vigência foi de 01 de julho de 2016 a 30 de junho de 2021. Em junho de 2021, após novo processo de chamamento público, foi assinado um novo contrato, Nº 03/2021, pelo período de 60 meses, com vigência até 30 de junho de 2026. Durante o período do contrato, a **Entidade** receberá do Estado recursos financeiros para o gerenciamento e execução de atividades de fomento a serem desenvolvidas no “Museu do Futebol”. Essas atividades são medidas por metas e indicadores de desempenho quadrimestrais (ou trimestrais nos contratos vencidos) e anuais; a falta de alcance deles pode gerar penalidades à **Entidade**.

A **Entidade** possui permissão de uso para o imóvel onde está instalada, anexo ao Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, conhecido como o Estádio do Pacaembu, pelo prazo de vigência do contrato, e em contrapartida, é responsável pela operação, manutenção preventiva e corretiva do referido espaço.

No exercício de 2020, foram pactuados com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa dois Termos Aditivos ao Contrato 04/2016: O 5º Termo Aditivo, assinado em 24 de junho, que em razão da Pandemia do COVID-19 reduziu a previsão de repasse projetada para o ano de 2020 e fixou o novo valor no exercício em R\$ 7.651. Em 15 de dezembro, foi assinado o 6º Termo Aditivo, fixando novo valor para o Repasse do Exercício em R\$ 8.611. O valor incremental de R\$ 960 foi destinado a manutenções no sistema de ar-condicionado e aquisição de novos projetores para o espaço expositivo.

Ainda no mês de dezembro foi pactuado o 7º Termo Aditivo prorrogando a vigência do Contrato de Gestão 04/2016 até 30 de junho do ano de 2021 projetando o valor do repasse para esse período em R\$ 4.372.

Dessa forma, pela execução do Contrato de Gestão, a **Entidade** recebeu do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global de R\$ 43.940, da seguinte forma:

2016 (2º semestre)	R\$ 4.833
2017	R\$ 8.635
2018	R\$ 8.744
2019	R\$ 8.744
2020	R\$ 8.611
2021	R\$ 4.372

Em novo processo de chamamento Público, o **IDBrasil**, firmou em 30/06/2021, novo Contrato de Gestão, nº 03/2021, com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, com vigência de 60 meses a contar de 01 de julho de 2021, no valor total de R\$ 51.355. Em dezembro de 2021 foi celebrado o 1º termo de aditamento, passando o referido Contrato de Gestão a ter R\$ 60.355 como valor global previsto. O valor adicional de R\$ 9.000 será destinado à reformulação da exposição de longa duração do MF.

Dessa forma, pela execução do Contrato de Gestão, a **Entidade** deverá receber do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global de R\$ 60.355, da seguinte forma:

2021(2º semestre)	R\$ 13.372
2022	R\$ 9.837
2023	R\$ 10.180
2024	R\$ 10.511
2025	R\$ 10.853
2026	R\$ 5.602

Os valores para anos subsequentes a 2021 poderão ser revistos em razão da dotação orçamentária do Estado de São Paulo

b. Contrato de Gestão - Museu da Língua Portuguesa (MLP)

A **Entidade** é gestora do MLP desde 01 de julho de 2012, por contratos de gestão celebrados com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, recebendo do Estado recursos financeiros para o gerenciamento e execução de atividades de fomento a serem desenvolvidas no Museu da Língua Portuguesa. As atividades previstas no contrato de gestão são medidas por metas e indicadores de desempenho trimestrais e anuais. A falta de alcance deles pode gerar penalidades à **Entidade**. Este primeiro contrato da Entidade na gestão do MLP, com vencimento inicial previsto para novembro de 2016 teve vigência até 31 de dezembro de 2016, com termo de aditamento assinado em maio de 2016 para revisão do plano de trabalho para adequação à nova condição do Museu pós incêndio, com repasse no valor de R\$ 2.700, e R\$ 1.000 advindos da indenização do seguro relativos a despesas fixas perduráveis. Foram também executadas obras emergenciais no valor de R\$ 2.808 com recursos advindos da indenização do seguro.

Em dezembro de 2016 a **Entidade** assinou com a Secretaria da Cultura novo contrato de gestão, Nº 08/2016, com vigência até 31 de dezembro de 2020, com possibilidade de rescisão antecipada na hipótese de conclusão da recuperação e restauro do edifício do Museu.

No exercício de 2020, foram firmados dois Termos Aditivos com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa relativos ao contrato de Gestão 008/2016. O primeiro deles, o 4º Termo de Aditamento, firmado para garantir a viabilização de recursos para que a organização social mantivesse a gestão predial do edifício (envolvendo a zeladoria, segurança e seguro) considerando que o Processo SC1784630/2019 que trata da convocação pública para a gestão do Museu da Língua Portuguesa passava pela fase final dos prazos recursais. O 4º Termo de Aditamento previu o repasse de R\$ 391, com dotação orçamentaria prevista para o 1º semestre 2020.

O 5º Termo de Aditamento foi assinado motivado pelo atraso no anúncio do resultado do chamamento e a situação então inesperada da Pandemia; previu além dos R\$ 391 (referentes ao 4º Aditamento) repasse complementar da ordem de R\$ 1.500, num total de R\$ 1.891 para o exercício de 2020, com possibilidade de encerramento antecipado para assinatura de novo contrato de gestão. O contrato de gestão 008/2016 foi encerrado antecipadamente no mês de agosto de 2020, tendo recebido repasse proporcional à sua vigência, no valor de R\$ 891.

Dessa forma, pela execução do Contrato de Gestão, a **Entidade** recebeu do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global de R\$ 8.643 para o Contrato de Gestão 008/2016 da seguinte forma:

2017	R\$ 2.855
2018	R\$ 2.936
2019	R\$ 1.961
2020	R\$ 891

Em setembro de 2020 foi firmado com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa o Contrato de Gestão 001/2020 para a Gestão do Museu da Língua Portuguesa pelo período de 01 de setembro de 2020 a 31 de agosto de 2025. O 1º Termo de Aditamento ao Contrato 001/2020 assinado em dezembro de 2020, ajustou os valores a serem repassados durante a vigência do referido contrato, com um incremento de R\$ 1.150 destinado a compra de itens de iluminação da sala de exposição temporária. O 2º Termo de Aditamento foi assinado em maio de 2021, com revisão a menor do valor de repasse para 2021 (de R\$ 13.918 para R\$ 10.500), em decorrência da decisão do poder público em postergar a inauguração do MLP, de março/2021 para julho/2021, em função do cenário de pandemia de COVID-19. Durante o período do contrato 001/2020, a **Entidade** receberá o valor global de R\$ 73.330 da seguinte forma:

2020	R\$ 9.650
2021	R\$ 10.500
2022	R\$ 15.184
2023	R\$ 15.184
2024	R\$ 15.184
2025	R\$ 7.628

Os valores a serem liberado para os exercícios subsequentes a 2021 poderão ser alterados em função de dotação orçamentária do Estado de São Paulo

Em 21 de janeiro de 2016 foi celebrado um Convênio tendo como partes a Secretaria da Cultura, a Fundação Roberto Marinho e o **IDBrasil**, visando à reconstrução e restauração do prédio da Estação da Luz, e a reinstalação do Museu no local. Os recursos alocados foram advindos da indenização do seguro e recursos de patrocinadores privados, por intermédio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, e do governo do Estado de São Paulo. Os recursos da indenização do seguro, deduzidas as parcelas usadas nas obras emergenciais, foram repassados à Fundação Roberto Marinho - responsável pelos projetos, obras e recuperação do Museu - pelo **IDBrasil** e com anuência da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, de acordo com cronogramas estabelecidos em termos de aditamentos.

Até o exercício de 2020, foram celebrados sete termos de aditamento do Convênio, com os seguintes valores repassados à Fundação Roberto Marinho:

Agosto/2016	R\$ 973
Dezembro/2016	R\$ 12.392
Agosto/2017	R\$ 14.547
Julho/2018	R\$ 3.024
Maior/2019	R\$ 2.564
Novembro/19	R\$ 130
Maior/2020	R\$ 97
Total	R\$ 33.727

Em 2021 foram assinados o oitavo e nono termos aditivos do convênio, prorrogando de cinco anos para cinco anos e seis meses e cinco anos e nove meses, respectivamente, sua vigência, visando à finalização da implantação da museografia e execução do projeto de iluminação da fachada do prédio, sob responsabilidade da Fundação Roberto Marinho, com recurso de lei federal de incentivo, viabilizado em 2020. O Convênio foi encerrado em outubro de 2021, com a conclusão das obras, museografia e a transferência de todos os bens móveis adquiridos na reconstrução do MLP para a Secretaria de Cultura e Economia Criativa.

Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto dos Contratos de Gestão, a Entidade também mantém as seguintes fontes de recursos:

- (i) Receitas auferidas pela venda de ingressos nas bilheterias;
- (ii) Receitas advindas da locação de seus espaços físicos;
- (iii) Doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras; e
- (iv) Rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Por força dos Contratos de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestrais ou quadrimestrais e anualmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução e ou extinção dos repasses contratados.

Os relatórios trimestrais relativos ao período de março e junho de 2021 referentes ao Contrato de Gestão 04/2016 do Museu do Futebol, foram preparados e encaminhados para a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, em 20 de abril e 14 de julho respectivamente. O relatório quadrimestral relativo ao 2º quadrimestre do Museu do Futebol referente ao Contrato de Gestão 03/2021 foi preparado e encaminhado para a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, em 15 de setembro. Os relatórios do 1º e 2º quadrimestres referentes ao Contrato de Gestão 01/2020 do Museu da Língua Portuguesa, foram preparados e encaminhados para a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) da Secretaria de Cultura e Economia Criativa em 18 de maio e 15 de setembro respectivamente. Todos os relatórios entregues foram devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Entidade.

As prestações de contas referentes às atividades anuais dos MF e MLP serão enviadas em fevereiro de 2021. Os recursos provenientes dos Contratos de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

c. Leis de incentivo fiscal

O IDBrasil inscreveu em Leis de Incentivo da área cultural (PRONAC- federal, PROAC - estadual, e PROMAC- municipal) e da área de esportes (LIÉ) e editais como o do BNDES, projetos dos museus sob sua gestão, contemplando ações para as áreas de exposições, programação cultural, divulgação, programação educativa e manutenção predial e tecnológica. Os projetos visam à continuidade, melhoria da qualidade e a diversificação da programação dos museus sob sua gestão.

Leis de Incentivo Fiscal (MF):

PRONAC – 183.885 - Plano Anual 2019

Valor aprovado do projeto foi de R\$ 4.996, com prazo de captação até 31 de dezembro de 2019. Foi captado o valor de R\$ 648.

PRONAC – 193.044 - Plano Anual 2020

Valor aprovado do projeto foi de R\$ 8.473, com prazo de captação até 31 de dezembro de 2020. Foi captado no exercício de 2020 o valor de R\$ 1.078. Em decorrência da Pandemia, o projeto não foi executado e o recurso captado foi transferido para o PRONAC 204.732.

PRONAC – 204732 - Plano Anual 2021 – passou a Bianaual 2021/2022 (*)

O valor homologado do projeto foi de R\$ 4.756 com prazo de captação até 31 de dezembro de 2021. Em 2020 não houve captação.

No exercício de 2021, o PRONAC 204732 foi ajustado e passou para Plano Bianaual (2021-2022). O período de captação e de execução foi ampliado até 31 de dezembro de 2022. No exercício de 2021, foi captado o valor de R\$ 3.430.

LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE – MINISTÉRIO DO ESPORTE.

Valor aprovado do projeto “Com a Bola Toda” foi de R\$ 356 com autorização para captação até 07 de novembro de 2020. Foram captados R\$ 52 em 2018, em 2019 R\$ 268 e no exercício de 2020 foram captados R\$ 37. O prazo de execução do projeto foi prorrogado para 2022, em razão da pandemia.

Valor aprovado do projeto “Praia de Paulista” foi de R\$ 1.727, com autorização de captação até 11 de novembro de 2023 e previsão de realização em janeiro de 2023. Em 2020 foram captados R\$ 60 e em 2021, R\$ 1.106.

EDITAL DO BNDES

Programa Matchfunding BNDES - Patrimônio Cultural

Projeto Minha Voz Faz história –Áudio Guia do Museu do Futebol – Projeto Aprovado em processo de seleção em 30 de setembro de 2020. Valor mínimo aprovado do Projeto: R\$ 54. Valor captado em 2021: R\$ 98.

PROAC

EDITAL PROAC Expresso Lei Aldir Blanc nº 44/2020 - “Prêmio por Histórico de Museus de São Paulo.” Valor recebido em 2021: R\$ 40.

Leis de incentivo fiscal (MLP)

PRONAC - 185376 - Plano Bianual 2019-2020

Valor aprovado do projeto foi de R\$ 8.253. Não houve captação no exercício de 2019. Também não houve captação no exercício de 2020, tendo sido arquivado.

PRONAC – 204.483 - Plano Anual 2021 – passou a Bianual 2021-2022 (*)

No exercício de 2021, o PRONAC 204.483 foi ajustado e passou para Plano Bianual (2021-2022). O período de captação e de execução foi ampliado até 31 de dezembro de 2022. A base orçamentária original homologada foi de R\$ 5.131, ampliada em 50%, para R\$ 7.682, tendo sido captado até o momento o valor de R\$ 7.650.

(*) A Entidade submeteu à Secretaria Federal de Incentivo à Cultura (SEFIC) planos anuais para o exercício de 2022, para o MF e para o MLP. Tais projetos não foram apreciados pela SEFIC, tendo sido arquivados no exame preliminar de admissibilidade, com interpretação de que a instituição proponente não exerce atividade exclusivamente cultural, conforme pode ser verificado pelo CNPJ, que não possui CNAEs exclusivamente culturais. Desta forma, foi solicitada e aprovada a prorrogação dos Planos Anuais então vigentes em 2021, para o exercício de 2022.

7. Obrigações trabalhistas e encargos sociais

(Em milhares de Reais)

	2021			2020		
	MF	MLP	Total	MF	MLP	Total
Provisão de férias	523	550	1.073	494	175	669
INSS a recolher	108	120	228	98	52	150
FGTS a recolher	34	102	136	34	16	50
IRRF a recolher	54	64	118	51	30	81
PIS Folha de Salário a recolher	4	5	9	4	2	6
Outras	12	2	14	7	2	9
	735	843	1.578	688	277	965

8. Contingências

A **Entidade** reconhece a provisão para riscos trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Em 31 de dezembro de 2021, a **Entidade** não é parte (polo passivo) em ações avaliadas pelos assessores jurídicos da **Entidade** como sendo consideradas de perda provável. Possuindo 04 ações avaliadas pelos assessores jurídicos como probabilidade de perda possível, totalizando o valor de R\$ 102. Em 2020 eram 02 ações consideradas de perda possível, totalizando o valor de R\$ 81.

Demais passivos contingentes

Discussão na esfera administrativa:

Em 2020 a **Entidade** sofreu, por parte da Prefeitura do Município de São Paulo, a lavratura dos autos de infração N^{os} 006.722.536-8, 537-6, 538-4, 539-2, 550-6, 541-4 e 542-2 e 006.772.523-6, 524-4, 525-2, 526-0, 527-9 e 528-7, referentes a cobrança do imposto sobre serviço (ISS)/2015, multa, multa por não emissão de documento fiscal sobre as receitas de repasse do contrato de gestão, bilheteria e cessão/locação de espaço no valor total original de R\$ R\$ 1.802. Em 2021 a **Entidade** sofreu a lavratura de novos autos de infração, de N^{os} 006.792.656-8, 659-2, 663-0, 664-9, 665-7 e 006.783.658-4, referentes aos mesmos itens, para o ano de 2016, no valor original de R\$ 590.

A legislação municipal, através da Lei n^o 16.127/2015, posteriormente alterada pela 16.757/2017 de 14 de novembro de 2017, concedeu isenção total e depois parcial em relação ao ISS sobre os repasses recebidos do Governo do Estado de São Paulo, previstos nos contratos de gestão. Contudo, no melhor entendimento da administração e respaldada por seus assessores jurídicos, a figura jurídica aplicável ao caso é de não incidência e, portanto, por questões de ordem contábil, e associado ao fato de haver decisão judicial de 1^a e 2^a instância reconhecendo a imunidade da entidade, esses valores não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras ora apresentadas, pois, há fortes argumentos favoráveis à **Entidade**, tendo em vista que:

- É uma associação de direito privado sem fins lucrativos, tendo direito a imunidade tributária;
- É instituição de educação e cultura, voltada à difusão da cultura do esporte e da língua portuguesa;
- Os repasses oriundos do Governo do Estado de São Paulo são integralmente destinados a financiar ações nas áreas culturais, educativas e tecnológicas, com o objetivo de melhorar a qualidade e diversificação da programação dos Museus sob sua gestão, no âmbito dos contratos de gestão, de modo que as atividades dos Contratos de Gestão tecnicamente não estão sujeitas a cobrança do ISS.

- Adicionalmente, em 26 de novembro de 2021, a Lei Nº 17.719, em seus art. 39 e 40, reconhece a não incidência do referido imposto sobre repasses do poder público destinados às organizações sociais, com aplicação a todos os processos administrativos e judiciais em curso.

A administração da **Entidade** acredita que a tributação é indevida e com base na opinião dos assessores jurídicos este assunto foi classificado como perda possível, não sendo requerido o reconhecimento deste tributo nas demonstrações financeiras.

9. Remuneração da Administração

O Estatuto Social da **Entidade** possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva. A **Entidade** não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

10. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits / superávits apurados anualmente.

A **Entidade** somente poderá ser dissolvida:

- por deliberação tomada em reunião extraordinária do Conselho de Administração, para esse fim convocado, e na presença de no mínimo 2/3 dos seus membros; ou
- por sentença do Poder Judiciário transitada em julgado.

Em caso de extinção ou desqualificação da **Entidade** como organização social, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados através do Contrato de Gestão.

11. Receitas com restrições - contrato de gestão

(Em milhares de reais)

	2021			2020		
	MF	MLP	Total	MF	MLP	Total
Custos e despesas	14.190	12.768	26.958	10.044	3.996	14.040
Consumo de depreciação	175	1.156	1.331	99	336	435
6a (-) Recursos captados	(3.527)	(1.042)	(4.569)	(1.588)	(145)	(1.733)
6b (-) Receitas financeiras	(192)	(469)	(661)	(110)	(46)	(156)
(-) Recursos Leis Incentivo	(351)	(2.440)	(2.791)	(1.202)	-	(1.202)
(-) Recurso Indenização MLP	-	-	-	-	(5)	(5)
Reconhecimento da receita do CG	10.295	9.973	20.268	7.243	4.136	11.379

A receita do contrato de gestão é reconhecida no resultado na mesma proporção das despesas incorridas, diminuídas das demais receitas captadas, que são reconhecidas na ocasião do fato gerador (competência).

12. Receitas com restrições - recursos projetos especiais (Leis de incentivos e Editais)

(Em milhares de Reais)

	2021			2020		
	MF	MLP	Total	MF	MLP	Total
MDF - LIC - Pronac - 2019 - 183.885	-	-	-	211	-	211
MDF - MESP 1814206-00	(8)	-	(8)	1	-	1
MDF - MESP 2000900-00	(2)	-	(2)	-	-	-
MDF - Incentivo BNDES	92	-	92	-	-	-
MDF - Pronac - Plano anual 2020 - 193044	60	-	60	990	-	990
MDF - LIC Pronac - 2021 - 204.732	169	-	169	-	-	-
MDF - Lei Aldir Blanc	40	-	40	-	-	-
MLP - LIC - Pronac - 2021 - 204.483	-	2.440	2.440	-	-	-
Receitas financeiras	50	121	170	24	-	24
	401	2.561	2.961	1.226	-	1.226

As receitas dos projetos especiais são reconhecidas no resultado na mesma proporção das despesas incorridas.

13. Despesas com pessoal

(Em milhares de Reais)

	2021			2020		
	MF	MLP	Total	MF	MLP	Total
Salários	3.517	3.081	6.598	3.140	617	3.757
Encargos Sociais	1.515	1.331	2.846	1.023	212	1.235
Benefícios	794	640	1.434	758	66	825
Férias e 13º salário	748	659	1.407	861	270	1.131
Contingências trabalhistas	-	-	-	(20)	(3)	(23)
	6.574	5.711	12.285	5.762	1.162	6.924

14. Prestadores de serviços – Contrato de Gestão

(Em milhares de Reais)

	2021			2020		
	MF	MLP	Total	MF	MLP	Total
Segurança e vigilância	482	446	928	462	989	1.451
Portaria	271	215	486	135	178	313
Limpeza	457	349	806	316	165	481
Administração / RF	22	68	90	21	19	40
Bombeiros	187	173	360	181	322	503
Manutenção e locação de equipamentos	16	1	17	16	-	16
Consultoria	-	-	-	3	2	5
Jurídico	86	39	125	81	93	174
Contabilidade	82	13	95	78	30	108
Auditoria	10	15	25	14	9	23
Auxiliar de Monitoramento	51	188	239	29	-	29
Demais serviços	94	34	128	44	15	59
	1.758	1.541	3.299	1.380	1.822	3.202

15. Programas e Administração – Contrato de Gestão

(Em milhares de Reais)

	2021			2020		
	MF	MLP	Total	MF	MLP	Total
Despesas Administrativas	277	209	486	195	112	307
sub total - administrativo	277	209	486	195	112	307
Programa Exposição e Programa Cultural	798	1.073	1.871	33	151	184
Programa Edificação/Conservação/Manutenção/Seguro	856	602	1.458	395	197	593
Programa de Comunicação	35	33	68	69	15	84
Programa de serviço educativo e projeto especial	37	44	81	14	-	14
Programa Acervo: Conservação e Documentação	180	328	508	30	107	136
Programa de Gestão Museológica	32	2	34	176	-	176
sub total - programas	1.938	2.082	4.020	717	470	1.187
TOTAL	2.215	2.291	4.506	912	582	1.494

A seguir apresentamos a composição das despesas gerais com programas das principais atividades da Entidade:

IDBrasil Cultura, Educação e Esporte
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

2021

Programa Exposição e Programa Cultural	Programa Edificação / Conservação / Manutenção / Segurança		Programa de Comunicação		Programa de serviço educativo e projeto especial		Programa Acervo: Conservação e Documentação		Programa de Gestão Executiva		TOTAL		
	MF	MLP	MF	MLP	MF	MLP	MF	MLP	MF	MLP	MF	MLP	
Material	-	94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	94	81
Manutenção predial	-	131	-	-	-	-	-	-	-	-	-	131	19
Manutenção de equipamentos	-	515	-	-	-	-	-	-	-	-	-	515	136
Comunicação visual	-	-	12	4	-	-	-	-	-	-	-	12	4
Conservação e restauração	-	-	-	-	-	-	4	4	-	-	-	4	4
Manutenção do parque tecnológico	-	-	-	-	-	-	126	2	-	-	-	126	2
Seguros	-	38	-	-	-	-	3	-	-	-	-	41	102
Programação Cultural	76	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	76	78
Manutenção da Exposição	103	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	103	-
Exposições Temporárias e Itinerantes	620	994	-	-	-	-	-	-	-	-	-	620	994
Outras despesas	-	77	23	30	37	44	47	322	32	2	2	216	652
	799	1.072	856	602	37	37	180	328	32	2	1.939	2.081	4.020

2020

Programa Exposição e Programa Cultural	Programa Edificação / Conservação / Manutenção / Segurança		Programa de Comunicação		Programa de serviço educativo e projeto especial		Programa Acervo: Conservação e Documentação		Programa de Gestão Executiva		TOTAL		
	MF	MLP	MF	MLP	MF	MLP	MF	MLP	MF	MLP	MF	MLP	
Material	-	78	-	-	-	-	-	-	-	-	-	78	27
Manutenção predial	-	117	-	-	-	-	-	-	-	-	-	117	26
Manutenção de equipamentos	-	130	-	-	-	-	-	-	-	-	-	130	6
Estrutura de exposição	123	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	123
Manutenção do parque tecnológico	-	-	69	15	-	-	4	94	-	-	-	73	109
Seguros	-	38	-	-	-	-	1	-	-	-	-	39	82
Outras despesas	33	28	32	56	-	14	25	13	176	-	280	97	470
	33	151	395	197	69	14	30	107	176	-	717	1.187	1.887

16. Gastos - Sinistro - MLP

(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	MLP	MLP
Utilidade pública	-	5
	<u>-</u>	<u>5</u>

17. Despesas Leis de incentivo

(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>			<u>2020</u>		
	MF	MLP	Total	MF	MLP	Total
Progr. de exposição - Locação de equipamentos	83	-	83	143	-	143
Progr. de exposição - Prod. produção (Espografia/Conteúdo/Design/Impressões)	32	373	405	192	-	192
Progr. de exposição - Cenografia	5	301	306	163	-	163
Progr. de exposição - Direitos autorais	2	102	104	84	-	84
Progr. de exposição - Conteúdo áudio visual	23	164	187	138	-	138
Progr. de exposição - Curadoria	14	40	54	50	-	50
Progr. de exposição - Outros custos (inferiores a R\$ 50 mil)	64	26	90	347	-	347
Progr. de exposição - Consultores	18	-	18	-	-	-
Progr. de exposição - Uniformes e EPI's	7	-	7	-	-	-
Progr. de exposição - PROAC - Lei Aldir Blanc	40	-	40	-	-	-
Produção Podcast Futebol Feminino - BNDES	92	-	92	-	-	-
sub total - programa de exposição	380	1.006	1.386	1.117	-	1.117
Desp. adm. outras	2	59	61	74	-	74
Serv 3s. Desp. Limpeza	-	157	157	-	-	-
Serv 3s. captação de recurso	-	89	89	17	-	17
Energia elétrica	-	145	145	-	-	-
Serv 3s. Contabilidade	29	29	58	-	-	-
Serv 3s. Jurídico	-	65	65	-	-	-
Serv 3s. Bombeiro	-	165	165	-	-	-
Serv 3s. Desp. segurança patrimonial	-	818	818	-	-	-
Desp. adm. passagens	-	6	6	12	-	12
Despesas financeiras	6	24	30	4	-	4
Desp. adm. seguro	-	-	-	2	-	2
sub total - administrativas e gerais	37	1.557	1.594	109	-	109
	417	2.563	2.980	1.226	-	1.226

18. Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a **Entidade** não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a **Entidade** se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2021, a **Entidade** está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a **Entidade** irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da **Entidade** na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da **Entidade**.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da **Entidade**, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da **Entidade**. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a **Entidade** centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

19. Avais, fianças e garantias

A **Entidade** não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2021 e 2020.

20. Cobertura de seguro

Em 31 de dezembro de 2021 a **Entidade** possui cobertura de seguros:

Museu do Futebol – modalidade multirrisco, no valor total de R\$ 57.600 com vigência até 12 de junho de 2022.

Museu da Língua Portuguesa - modalidade multirrisco com cobertura patrimonial com limite máximo de garantia no valor de R\$ 125.000, e vencimento em 31 de janeiro de 2022, prorrogado para 07 de fevereiro, quando houve contratação de nova apólice com limite de garantia no valor de R\$ 160.000 e vencimento em 31 de janeiro de 2023.

21. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a **Entidade** apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias

* * *



Renata Vieira da Motta
Diretora Executiva



Vitória Boldrin
Diretora Administrativa e Financeira



Rogério Gerlan Paganatto
Contador CRC 1SP131987/0-3